



# SENADO FEDERAL

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2013

Dispõe sobre o estabelecimento de piso salarial nacional para os profissionais que atuam em serviços públicos de saúde.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 198 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 198. ....

.....

§ 7º Lei disporá sobre o piso salarial nacional de profissionais de nível técnico e de nível superior que atuam em serviços públicos de saúde, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. O Brasil conta com amplo arcabouço legal que orienta as políticas de saúde, com destaque para a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, e para a Lei Complementar nº

141, de 13 de janeiro de 2012, que trata do financiamento da saúde pública nas três esferas de governo.

No entanto, o País carece de legislação voltada para a valorização dos profissionais de saúde da rede pública, ou seja, daquelas pessoas que estão na linha de frente das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população. E não é possível conceber uma política de saúde sem ações voltadas para a valorização de todos os profissionais que atuam na área – médicos, enfermeiros, farmacêuticos, dentistas, técnicos em enfermagem, técnicos em radiologia, etc. O trabalho valorizado, com remuneração digna, certamente beneficiará não só os profissionais, mas toda a coletividade.

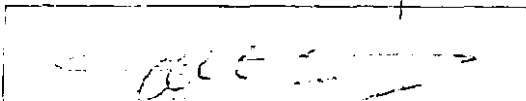
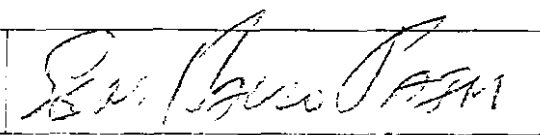
Atualmente, apenas duas categorias profissionais que atuam na área de saúde gozam de permissão constitucional para que o legislador fixe seu piso salarial nacional. São os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, beneficiados pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010.

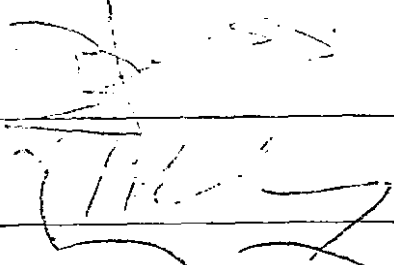
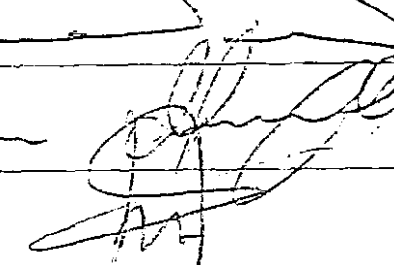
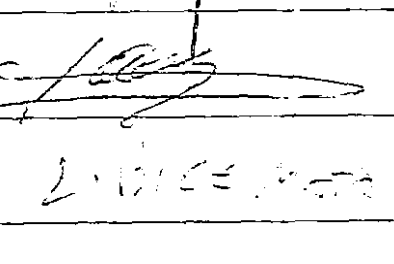
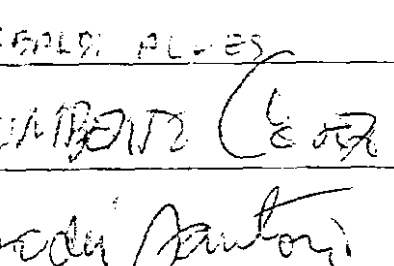
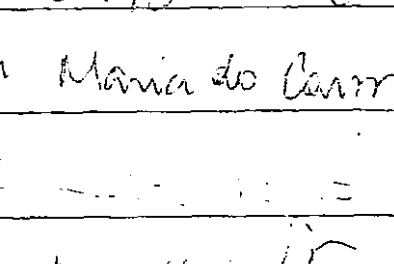
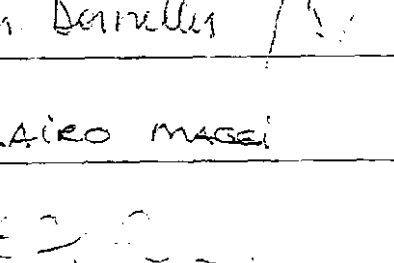
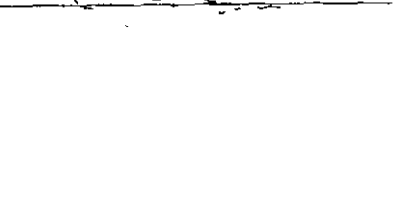
Os avanços conquistados por essas categorias, com repercussão na melhoria da qualidade do atendimento prestado à população, inspiraram-me a estender a medida para todos os profissionais que atuam em serviços públicos de saúde, de modo a permitir que o Congresso Nacional defina o piso salarial nacional para esses trabalhadores. Com isso, o Parlamento poderá atuar de forma mais incisiva na definição da política de saúde para o País, especialmente de modo a evitar a subvalorização do elemento humano na atenção à saúde da coletividade.

Por tais razões apresentamos a presente proposta de emenda à Carta Magna, para a qual solicitamos o apoio dos eminentes pares e a apresentação de sugestões necessárias ao seu aperfeiçoamento.

Sala das Sessões,

Senador GIM

	
---	--

	ACADEMIA
	Es. MORA
	Es. MORA
	TINKERO
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA
	Es. MORA

ELISU NASH

ALFRED NASH

FLEX RABIN

BRUCE BUE

JOHN T. BUE

JOHN KENNE KLAUS

JANIS GUY

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

JOHN KENNE KLAUS

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade.

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) Regulamento

I - os percentuais de que trata o § 2º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

~~§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006) (Vide Medida provisória nº 297, de 2006)~~

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de

2010) Regulamento .

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

Publicado no DSF, em 08/03/2013.